



## REVOLTA POPULAR E CRISE SISTÊMICA: A NECESSÁRIA CRÍTICA CATEGORIAL DA PRÁXIS

Ana Elisa Cruz Corrêa

Rodrigo Campos Vieira Lima

### RESUMO

Neste trabalho analisamos as experiências das lutas sociais ao longo das últimas décadas, em especial após a virada para o século XXI. Para tal, problematizamos as tensões históricas entre integração à ordem e crítica radical em duas formas de expressão das ebulições sociais: os movimentos sociais pós redemocratização que surgiram nos anos 1980 e 1990 e as experiências de revolta popular pós-2010. Levantamos como hipótese de fundo que, assim como os movimentos sociais, a revolta popular é expressão da dinâmica sistêmica em transformação, que se apresenta de forma cada vez mais dramática como uma ordem social em crise. Por outro lado, suas características próprias abrem potencialidades ainda a serem compreendidas e reconhecidas. Para pensar a expressão das revoltas analisamos mais detidamente as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e o “estallido social” chileno de 2019. Refletimos sobre os limites históricos impostos pela tendencial institucionalização das lutas mediante as diversas relações que essas manifestações estabelecem com o Estado, bem como os limites da *práxis* fetichizada e a necessidade de desenvolvermos uma crítica categorial com vistas à concretização da crítica radical, seja esta como *práxis* teórica seja como *práxis* prática, nos termos de Robert Kurz.

**Palavras- chave:** Lutas Sociais; Revolta Popular; Institucionalização; Gestão da Barbárie; Crítica categorial da práxis.

### ABSTRACT

In this paper we analyze the experiences of social struggles over the last few decades, especially after the turn to the 21st century. To this end, we problematize historical tensions between integration to capitalist order and radical criticism in two forms of expression of social upheavals: post-redemocratization social movements that emerged in the 1980s and 1990s and post-2010 people's rebellions. We raise as a background hypothesis that, like social movements, a people's rebellion is an expression of the systemic dynamics in transformation, which presents itself in an increasingly dramatic way, reflecting a social order in crisis. On the other hand, its own characteristics open potentialities yet to be understood and recognized. To think about the expression of the rebellions, we analyze closely the Journeys of June 2013 in Brazil and the Chilean “social explosion” of 2019. We focus on the limits of the fetishized praxis and the need to develop a categorical critique with a view to accomplish a radical critique, whether as a theoretical praxis or practical praxis, in Robert Kurz terms.

**Keywords:** Social Struggles; People's rebellions; Institutionalization; Barbarism Management; Categorical criticism of praxis.

### INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos 1990 observamos a constituição de diversos movimentos sociais no Brasil e na América Latina, efeito em grande medida da crise estrutural que começou a assolar a região nos anos 1980. A 3ª revolução tecnocientífica e sua respectiva crise, que começou a afetar os países centrais a partir dos anos 1970, chegou às periferias nas duas décadas subsequentes, ocasionando uma ampliação ainda maior dos abismos sociais que se



eternizaram como sombrios pilares dos países de passado colonial. Parte dos enormes contingentes de trabalhadores sem lugar na sociedade colapsante passaram a ver uma possibilidade de reprodução de sua existência a partir das lutas dos movimentos sociais. Com táticas mais ou menos conflituosas com Estado e o capital, esses movimentos ganharam força nas lutas por terra, moradia, trabalho, acesso aos recursos básicos para a subsistência. (MENEGAT, 2012; PINASSI, 2011)

A atuação desses movimentos na virada dos anos 1990 para os 2000 se deu a partir de duros enfrentamentos com os Estados Nacionais e setores até então intocados do capital, como as grandes empresas de exploração de recursos naturais, o agronegócio e o mercado especulativo imobiliário. Assim, cresceram exponencialmente, em número e impacto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Brasil, os MTDs e o movimento piqueteiro na Argentina, os Zapatistas no México, os movimentos de favela e as fábricas recuperadas na Venezuela, as “guerras” do gás e da água na Bolívia, o movimento indígena no Equador. A suposta “onda vermelha” latinoamericana foi, em seguida, aplaudida e confundida, por intelectuais e militantes, com as eleições dos governos progressistas. (FIORI, 2007) Chávez, Lula, Kirchner, Morales, Correa constituíram uma primeira rodada de governantes que, guardadas as devidas especificidades, emergiram das lutas sociais e conformaram em seguida técnicas articuladas de gestão da barbárie social em curso. (MENEGAT, 2012)

O fim das ditaduras e a redemocratização latinoamericana marcaram a crise do processo de modernização periférica, ao mesmo tempo em que representaram a consolidação das democracias de mercado. (KURZ, 2020) Sob o jugo de um sistema total, a democracia se institui a partir do “fetiche” moderno, do qual falava Marx e fora retomado por Kurz. À medida em que a modernização (e sua crise) se impõe, a democracia se apresenta como o horizonte de realização da política de esquerda, bem como das respectivas demandas que as lutas sociais colocam ao Estado, encobrendo o caráter eminentemente destrutivo dessa forma social e sua profunda crise:

A democracia, assim, de acordo com a sua lógica, não é um discurso emancipado de indivíduos socialmente autoconscientes sobre a produção e o uso da riqueza social, mas apenas idolatria coletiva, de servos do fetiche social inconsciente, cujo discurso tem natureza apenas litúrgica, ou seja, se refere tão somente ao modo de execução de critérios sistêmicos cegos. A democracia não é o oposto do capitalismo, e sim a maneira pela qual o “povo” organizado de modo capitalista se “autodoma” segundo critérios capitalistas, com fúria cega e autodestrutiva. (KURZ, 2020)



A redenção democrática no caso brasileiro, como expectativa de reconstituição da nação que mal se formou e já agonizava, foi o barco em que era possível se agarrarem as lutas sociais progressivamente empurradas para a institucionalização. Ainda que desde o início houvesse ensaios de gestão nas experiências dos próprios movimentos sociais, o que é visível na adoção da forma “acampamento” como tática de luta, as tensões internas aos movimentos e seu contínuo debater-se como uma realidade sem futuro para enormes contingentes sociais praticamente dessocializados colocavam potencialidades de crítica radical para além dos limites das demandas ao Estado. Os setores críticos à relação com partidos e à limitação das demandas a políticas públicas tinham como fundamental referência as experiências socialistas que então ruíam, portanto limitando-se também às demandas ao Estado, ainda que no caso ao Estado Proletário. Entretanto, havia nas experiências de organização coletiva em curso algo de novo para a esquerda até então limitada ao movimento operário, ao marxismo dogmático e à fórmula partido-sindicato. A potência explosiva dos que de fato não tinham nada a perder em uma promessa que só degingolava da realização de si, do povo, da tal nação, se apresentava como possibilidade, ainda que com inúmeras limitações. Estas eram parte do tempo histórico vivido nas periferias, e se deparam na década seguinte com as eleições de seus pares, simultaneamente ao aumento da voracidade do capital na região mediante os crescentes impactos da insolúvel e estrutural crise da valorização do valor. O empreendedorismo social, o salve-se quem puder e algumas política social compensatória promovida pelo temporário boom das commodities arrefeceram a fúria das lutas populares em curso na década anterior. Mediante uma expectativa de redenção, justiça e dignidade social, os movimentos não apenas reduziram a combatividade de suas táticas de luta contra seus históricos inimigos, mas passaram a ser colaborativos com governos potencialmente aliados, ainda que em constante disputa.

Nesse sentido, a autodomação dos povos passa a se dar através de governos de origem e referência popular. Tragam para dentro de si, como consequência das condições históricas determinadas substancialmente pelos movimentos do capital mundializado, indivíduos e estruturas antes parte das lutas sociais contestatórias de ordem vigente. Ao longo dos anos 1990 e até meados dos anos 2000 o caráter pouco conhecido de surpreendentes mobilizações sociais compostas pelos cronicamente “sobrantes” parecia ter alguma potência para além da forma social regida pelo capital, oposição esta que a classe operária há muito tempo se mostrava incapaz de impor. A virada dos anos 2000 para os 2010 apresentou um processo irrefreável que conduz os movimentos de crítica à ordem social à composição das



gestões governamentais. Incorporam-se à ordem como gestores da barbárie social contra a qual potencialmente lutavam no momento anterior. (CORRÊA, 2018) A democracia se põe como horizonte em um contexto de revoada das aves de rapina, à medida em que recrudescer a crise de produção de valor. A institucionalização das lutas sociais e dos seus respectivos movimentos sociais organizados se tornou uma imposição histórica de “expectativas decrescentes” a partir do avanço destrutivo do capital e da necessidade urgente de continuar existindo. (ARANTES, 2014)

Na virada para os anos 2010, os efeitos na economia mundial do estouro da bolha imobiliária norte-americana, herdeira da crise das *.com* em 2001, expressava mais uma rodada de recrudescimento da crise sistêmica que emergiu como crise da valorização do valor desde os anos 1970. (BRENNER, 2003; KURZ, 2014) Assim, a despeito das lutas sociais controladas e desarmadas mediante o retorno das extremas direitas na direção de alguns estados nacionais, uma série de novos levantes sociais compuseram uma miríade de revoltas em vários países do mundo, tanto do centro quanto da periferia. Nossa hipótese é a de que estas revoltas que se espalharam em vários países do mundo, e que no Brasil se manifestaram nas Jornadas de Junho de 2013, estariam irremediavelmente atreladas aos efeitos políticos, sociais e ambientais da crise econômica mundial.

Nosso objetivo, portanto, é pensar a relação entre a dinâmica da crise de uma sociedade em colapso e as expressões de luta social após 2010 até os dias atuais, focando-nos especialmente nas Jornadas de Junho brasileiras (2013) e nas revoltas de rua chilenas (2019/2020). Como objetivos específicos pretendemos explorar dois elementos de tensão interna nas experiências analisadas: a institucionalização como relação das lutas com o Estado e os limites da práxis como ação de sujeitos assujeitados. Primeiramente questionamos mais amplamente se haveria relação entre as transformações mais recentes na dinâmica do capital mundializado e as explosões sociais presentes na revolta popular. Em caso afirmativo, quais as mediações e meandros que explicitam essa relação?

Adentrando um pouco mais na problemática proposta, nos perguntamos se estaria em curso um processo de institucionalização das manifestações sociais expressas nas revoltas populares. E, então, questionamos: como esses processos, sejam de resistência ou integração, têm ocorrido? Quais as aproximações e distanciamentos das experiências dos movimentos sociais pós redemocratização no que se refere à relação com a institucionalidade estatal?

Por fim, nossas reflexões se deparam com os limites do fetichismo que determina em grande medida a reprodução social. Ainda que indivíduos e agrupamentos se ponham em movimento, não podemos aferir a priori que estes se conformam como sujeitos de seu tempo e



que teriam autonomia frente às determinantes estruturas sociais desta ordem que desmorona. O que significa pensar a *práxis* no contexto atual? Como seria, a partir do pensamento de Robert Kurz, o desenvolvimento hoje de uma crítica categorial da *práxis*?

Não pretendemos neste texto responder a todas a estas questões, mas problematizá-las de forma a complexificar o escopo da pesquisa em andamento e apresentar as inferências que acessamos até aqui. Para tal, analisamos uma bibliografia com tons etnográficos, que descreve e analisa as revoltas populares, bem como um arsenal teórico fundamentado na crítica do valor dissociação, com o intuito de levantar questões acerca dos elementos propostos.

## 1. CRISE E REVOLTA

Ainda que tenham cada qual características específicas e pautas próprias às respectivas localidades, é inegável que há conexão entre as manifestações sociais que emergiram desde 2010, desde a Primavera Árabe (2010) marcada por manifestações em mais de 15 países da região, o *Ocupy Wall Street* (2011) no coração financeiro dos Estados Unidos, o *Movimiento 15M* (2011), ou movimento dos Indignados, que ocupou a Plaza Puerta del Sol em Madrid na Espanha, as Jornadas de Junho (2013) no Brasil, até as mais recentes ebulições do Movimento dos Coletes Amarelos (2018) ocupando rotatórias e travando vias na França, o levante em Hong Kong (2019) contra as transformações institucionais impostas pelo Estado Chinês e o levante chileno (2019/2020) que levou à população à rua por meses à fio até o início da pandemia de coronavírus. (LAZZARATO, 2019)

Há uma relação entre as inúmeras rodadas de austeridade que se realizaram ao redor do globo, a piora abrupta das condições gerais de existência da maioria da população e o imperativo do capital em forçar a absorção de todos os “átomos” da riqueza monetária para seus circuitos próprios de acumulação, em um desespero de continuar seu tautológico processo de valorização do valor. Este movimento violento e desagregador, como um sistema em curto circuito, se alastrou pelo mercado internacional em seu percurso aparentemente rizomático, fragmentado e espasmódico, compondo um curioso paralelo com as revoltas populares que estouraram nas mais diversas localidades.

Movimentos sociais e organizações políticas, intelectuais e militantes do amplo espectro da esquerda assistiram a essas manifestações que apareciam inegavelmente fora de seu controle. (MARTINS & CORDEIRO, 2014) Relativamente atônitos, com expressões que variaram entre um encantamento hiper-otimista até um temor reativo - e até mesmo repressivo



perante a “ação direta” dos black blocs e afins, as organizações políticas da esquerda tradicional buscaram vários caminhos de interpretação da conjuntura que emergia independentemente da mobilização empreendida por estes setores na década anterior.

No campo teórico esses levantes poderiam ser vistos como herdeiros dos “novos movimentos sociais” (GOHN, 2007), mas dificilmente caracterizados exatamente como tal. Ao caracterizar a teoria dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização política, a teoria da mobilização de recursos, Maria da Glória Gohn elencou a partir de textos clássicos de correntes estadunidenses e europeias que conferiram diferentes ênfases ao caracterizar os movimentos do pós-68. Buscando identificar nesses movimentos quais são suas reivindicações, seus inimigos, sua capacidade de mobilização, suas alianças políticas, sua ideologia e sua cultura, suas táticas e estratégias, dentre outros elementos, as teorias dos novos movimentos sociais inspiram alguns pensadores a compreender a experiência das lutas sociais latinoamericanas do pós-redemocratização. As especificidades são, entretanto, demasiadas. E os novos personagens que entram em cena (EDER, 1988), em um primeiro momento aparentemente autônomos das instituições e críticos ao Estado e às políticas públicas, acabam por perceber que sua forma organizativa tem muitas continuidades com a forma partidária-sindical e não prescinde da relação com tais instituições. Chegando, por fim, à constatação de que a realização de parte de suas demandas estava acompanhada da sua conformação como Instituição, em alguns casos, até mesmo com CNPJs.

Se poderíamos identificar significativas aproximações entre os novos movimentos sociais que surgiram nos países centrais com as experiências periféricas do pós-redemocratização, esta distância se amplia ao pensarmos as experiências marcadas pelas revoltas pós-2010. As dificuldades de enquadrar estas revoltas, tanto teórica quanto praticamente, geraram relações paradoxais com as organizações da esquerda tradicional. Por outro lado, no campo “prático”, a crise objetiva das relações sociais de produção, especialmente a crise do trabalho e da valorização do valor, e o esfacelamento do “modelo” organizativo anterior, em suma, a constituição de uma sociedade capitalista em permanente risco - bem afeita às demandas da valorização fictícia do valor - parecia se refletir em movimentos de revolta que, por sua vez, agravam a condição de risco do quadro social geral.

Sem líderes, sem organização diretiva, contingentes pouco ou nada homogêneos passaram a ocupar de forma mais ou menos permanente espaços públicos de caráter diverso e com uma multiplicidade de pautas que podiam, em alguns casos, ser até mesmo contraditórias entre si. Nas palavras de dois ex-integrantes do Movimento Passe Livre:



A constelação desses elementos desenha uma tática que podemos chamar de “revolta popular”: um processo de fôlego curto, mas explosivo, intenso, radical e descentralizado. As primeiras manifestações atuam como ignição de uma mobilização que extrapola o controle de quem a iniciou – que perde toda a capacidade de interrompê-la. Há uma escalada de ação direta: ocupação massiva e travamento de importantes artérias da cidade, enfrentamento com a polícia, ataques ao patrimônio público e privado, saques. Ao prejudicarem a circulação de valor e lançarem uma ameaça de caos – desobediência generalizada –, os protestos, que não respondem a um representante com quem seja possível uma negociação, forçam o governo a recuar para restabelecer a “ordem”. (MARTINS & CORDEIRO, 2013)

Teriam sido as demandas-estopim, aparentemente irrisórias - redução no preço da tarifa de transporte em 20 centavos no Brasil e 30 pesos no Chile - a gota d’água para a explosão de um mal-estar em forças inconscientes? As palavras de ordem similares nos dois países, “Não é só por 20 centavos” ou “Não são 30 pesos, são 30 anos”, ocultam que o peso das ruas carrega o peso cada vez mais insuportável do custo de uma vida que não se sustenta nas grandes cidades latinoamericanas. (CÍRCULO, 2021; MIT CHILE, 2021) Talvez 20 centavos por cada passagem diária para o deslocamento de ir e vir incessante do trabalho, ou da busca constante por este, seja de fato demais para o orçamento apertado da maior parte da população urbana. Além do custos crescentes serem injustificados à medida que a qualidade do transporte fica cada vez pior. O aperto do orçamento e o aperto das lotações asfixiam diariamente a vida dos homens e mulheres comuns.

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas, os muros pixados com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto ao invés de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação de valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana na metrópole, organização essa que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. (MOVIMENTO PASSE LIVRE - SÃO PAULO, 2013:13-14)

A crise do capital é também crise do trabalho e, portanto, crise da reprodução das massas sobrantes que insistem em sobreviver. A demanda pelo transporte expressa a difusão do problema. Não é a luta de tal ou qual categoria, mas de todos e todas, empregados ou não,



que necessitam se locomover diariamente nas grandes cidades, e que sentem na pele essa tortura cotidiana. (MARICATO, 2013) Como pauta transversal, dá vazão a tantas outras pautas, sejam estas capazes ou não de combater o martírio urbano.

As manifestações nos dois países têm origens prévias de mobilização no movimento de jovens, estudantes secundaristas e universitários. É o caso das mobilizações do MPL no Brasil que demandava já há alguns anos o passe livre estudantil, mas assumiu tons de protagonismo ainda maiores no Chile, pois os estudantes secundários, os tais pinguins, ocuparam e incendiaram estações de metrô em Santiago nos momentos iniciais do “estallido social” chileno.

Por um lado, a fragmentação sistêmica se expressa também na fragmentação de demandas. Por outro, há algo em comum: um tremendo ódio contido que sai de forma explosiva e sem reservas. No Brasil, queimaram-se incontáveis ônibus, no Chile, o fogo ardeu não só nas estações de metrô, mas também em igrejas e universidades privadas. Saques e destruição de lojas de produtos de alto luxo ocorreram em ambos os países, bem como a formação de agrupamentos durante as manifestações que entraram em confronto direto com a polícia, no Brasil os aparentemente dispersos Black Blocs, no Chile a “primera línea” nas indissolúveis barricadas. Uma retomada, ainda que momentânea, do espaço urbano que cotidianamente oprime e domina a população nele contida e objetificada.

Acusou-se a tônica supostamente espontaneísta das manifestações por diversos movimentos e partidos da esquerda organizada. Isso porque esta não organizou nada. Pelo contrário, estremeceu-se perante a inesperada enchente populacional nas ruas. Movimentos com inspirações autonomistas estiveram presentes nas origens de ambas as revoltas. Apartidários e horizontais, os movimentos pelo transporte público e gratuito mesclado com setores pouco ou nada institucionalizados do movimento estudantil - secundarista e universitário - deram o pontapé para uma revolta, a qual pretendiam sim, intencionalmente, despertar, mas não necessariamente controlar. (MARTINS & CORDEIRO, 2013)

A caixa de pandora se abriu no caso brasileiro, à medida em que todas as mazelas sociais foram atreladas ao conjuntural governo pseudo socialdemocrata, trazendo à baila um conservadorismo cultivado anos a fio e então arraigado na população trabalhadora brasileira. As consequências dos momentos seguintes foram o “impeachment-golpe” de Dilma Roussef e a eleição de Jair Bolsonaro, fatos correntemente acompanhados das multidões verde-amarelas entupindo as ruas. No Chile, a supostamente mais segura guinada à esquerda pariu uma Assembleia Constituinte, com o intuito de rever as leis forjadas na ditadura de Pinochet ainda vigentes no país.



Nos dois países temos, ainda que em espectros políticos distintos, as saídas institucionais que se sobrepuseram à autonomia e horizontalidade tão caras aos movimentos que cultivaram os primórdios das explosões. Entretanto, os Estados também em crise muito pouco tem a oferecer às diversas demandas colocadas e recolocadas por um caldeirão que parece continuar a ferver, ainda que agora em fogo brando.

Partindo de algumas contribuições analítico-teóricas da crítica do valor-dissociação entendemos essas erupções em grande parte como expressões dos limites sistêmicos característicos de uma profunda crise que coloca o sistema capitalista em uma condição irrecuperável como forma de reprodução social. Faz-se necessário, portanto, compreender as principais determinações de nosso tempo histórico, as características predominantes no atual estágio da produção capitalista, como expressões e desdobramentos da crise deste mesmo sistema. Desde o endividamento universal (do Estado, das empresas, dos trabalhadores e das famílias) (STREECK, 2013) até às constantes rodadas de austeridade, passando pelo desemprego estrutural e a instauração de uma pragmática empreendedora popular (GAGO, 2018), todos estes aspectos estruturantes de nosso cotidiano em permanente instabilidade são manifestações de uma crise incontornável do sistema de valorização do valor. Se é um produto típico da crise de acumulação real do valor a ampliação absurda de sua forma fictícia, por outro lado, a instabilidade social crônica também o é. É esta estrutura social instável a base material mais coerente com o turbulento movimento de ebulição de bolhas especulativas e seus colapsos, demonstrando uma sincronicidade entre a ampliação da ficcionalização do valor e as revoltas. (KURZ, 2014)

Os anos 2010 expressaram uma virada de século eivada de crises, em que a imposição generalizada da forma fictícia do capital em crise representa altos índices de risco, os quais entretanto não são evitáveis, como uma mera escolha nas apostas do capitalismo de cassino. À medida em que a crise se agrava e se expressa em diversos locais do globo, também as revoltas pululam como algo no mínimo arriscado. Também as revoltas que se instalaram não se encaixam nos conceitos e caixas historicamente acumulados. Estas, assim como a dinâmica do capital fictício e mundializado, pareciam ser rizomáticas, fragmentadas e espasmódicas.

## 2. **TENSÃO ENTRE INSTITUCIONALIZAÇÃO E REVOLTAS**

Uma das características mais contraditórias dos movimentos surgidos na crise da modernização dos países periféricos é a tensão entre a potência de crítica à ordem social e tendências internas às mesmas formas político-organizativas de administrar mecanismos de gestão da barbárie (MENEGAT 2016). O que observamos ao longo dos anos 2000 foi



justamente a consolidação dos movimentos como mediadores e executores da gestão das condições altamente destrutivas e degradantes da existência de uma massa sobrando de trabalhadores. Seja na gestão dos empregados e desempregados, no caso sindical (TUMOLO, 2002), seja na dos moradores sem casa, no caso dos movimentos de moradia (ARANTES, 2013), ou mesmo das frações paupérrimas rurais e urbanas que afluíram para a luta por reforma agrária (CORRÊA, 2018), nota-se uma massa de trabalhadores cada vez mais sobrando do ponto de vista dos principais circuitos produtivos e reprodutivos da acumulação de capital. Estas populações se tornaram foco de políticas necessárias para a manutenção do sistema produtor de mercadorias em colapso e os movimentos sociais assumiram um trágico protagonismo na resposta a tais necessidades sistêmicas.

A tensão entre as táticas de enfrentamento direto presente na luta desses movimentos sociais e as suas demandas à estrutura estatal os tornou cada vez mais reféns da lógica e da legitimidade institucional para alcançarem suas pautas centrais, bem como para lidarem com o desemprego estrutural crescente que emanava da crise do trabalho. Esses aspectos se tornaram “matéria-prima” para a engenharia social de gestão posta pelos governos progressistas de esquerda na primeira década dos anos 2000. A governança estatal, nesse momento de crise arrastada da acumulação e do trabalho, tornou-se (ainda que acompanhada de inúmeras tensões e contradições vividas internamente por essas organizações) o foco e o principal objetivo dos movimentos sociais mais expressivos ao longo dos anos 1990 e 2000.

No caso brasileiro, a crise econômica de 2001 se combinou com uma revalorização das plataformas exportadoras de *commodities*, atreladas a novas rodadas especulativas dos preços dessas mercadorias. Isso permitiu uma sobrevida aos índices de crescimento internos e a constituição de um campo econômico-monetário para que uma sofisticada engenharia de gestão governamental da barbárie fosse implementada. A tensão entre a institucionalização das demandas (que não seriam amplamente satisfeitas) e a transformação desses movimentos e organizações em frentes de governo pôde ser melhor conciliada devido a essas condições favoráveis. Entretanto, mesmo os termos da gestão da barbárie se encurtaram com as sucessivas crises que assolaram o mercado mundial entre 2000-2021.

A crise da acumulação, bem como da crise do trabalho, agravada ao longo desse período implicou em um acirramento geral das já complexas e difíceis condições de reprodução da existência comum. No caso brasileiro a crise de 2008 foi particularmente devastadora. Inicialmente caracterizada como uma “marolinha” pelo governo petista, logo se alastrou pelo sistema financeiro nacional e obrigou o mesmo governo a adotar medidas de forte endividamento público para sustentar a acumulação dos principais capitais nacionais. Os



programas de aceleração do crescimento e o destrutivo ensaio “desenvolvimentista” foram esforços de contrarrestar a crise avassaladora. (PINASSI, 2019; CASTELO, 2012) Entretanto, apesar desses esforços, rapidamente o parque produtivo nacional acusou a crise, e a acumulação por rapina se acentuou. O Estado altamente endividado se tornou ainda mais refém da especulação dos preços das matérias primas exportadas e, por outro lado, com margens ainda mais reduzidas de satisfazer as demandas dos variados sujeitos da sociedade em colapso. (CORRÊA, 2018; LIMA, 2015)

As jornadas de junho de 2013 canalizaram o sentimento de revolta coletivo gerado pela própria lógica colapsante do sistema, e colocaram em xeque as condições já bastante limitadas de respostas institucionais às insatisfações crescentes. O caráter fragmentado, com agrupamentos portadores de pautas nada comuns, quando não abertamente contraditórias, em uma explosão social que se alastrou por todos os estados da federação, conformou um difuso movimento de revolta abstrato. Impossível de se materializar efetivamente, por variadas razões, terminou por insuflar a também abstrata campanha de revolta “contra tudo que está aí” da extrema direita. Esta, por fim, tornou-se também governo.

Pensamos que a reflexão proposta por Robert Kurz (2020) sobre a ascensão da direita e a crise da modernização nos anos 1990 nos ajuda a compreender essa dinâmica da sistemática reposição da tensão entre revolta e institucionalização. O autor nos apresenta a crise da modernização como uma crise da coesão social fundada na universalidade da forma mercadoria, a saber: a crise do trabalho, do “povo” e da “Nação”. Esta crise em três níveis implicou dificuldades crescentes, tanto dos governos progressistas quanto dos de extrema direita - em estabilizar uma institucionalidade coerente com as demandas tanto dos movimentos sociais quanto com as das revoltas difusas.

Resumindo, pode-se dizer que o suporte do universalismo abstrato da forma-mercadoria no complexo trabalho - povo - nação se *desintegrou*. [...] Todos os ideologemas, formas políticas, objetivos, programas e métodos da história da modernização podem, assim, ter o seu *revival*, tudo é novamente testado, mas nada pode mais ser erguido à hegemonia social geral, permanecendo tudo no estado (mais ou menos atraente e com grande esforço) da particularidade. (KURZ, 2020, p. 57-8)

Esta condição desintegrada do tripé trabalho-povo-nação, que antes havia garantido uma coesão universalista da forma-mercadoria, subjaz aos recentes movimentos de revolta que eclodiram ao redor do globo. Entretanto, as propostas políticas partidárias (tanto dos governos de extrema-direita quanto dos da esquerda progressista) invariavelmente se



assentam sobre a reivindicação desse mesmo tripé, agora esfacelado. Nesse sentido, ambas são tentativas diferenciadas de lidar com a crise e o colapso das bases da política nacional *em geral*, na mesma medida em que, caso consigam equilibrar por um curto período a fragmentação corrente, acabam por, no momento seguinte, aprofundar ainda mais o colapso de suas bases políticas reais. A velocidade com que se desgastam as propostas potencialmente hegemônicas também expressa essa condição eminentemente *particularista* das respostas políticas que, para efetivamente cumprirem seus objetivos, deveriam se *universalizar*, mas não conseguem o fazer. Estas são manifestações da tensão entre revolta e institucionalização em nossos tempos.

A revolta popular de junho de 2013 no Brasil também expressou esta tensão de muitos modos. Os coletivos que acenderam a faísca dessa revolta eram simultaneamente portadores de uma crítica à esquerda ao governo progressista e demandantes de políticas públicas estatais de melhor qualidade para a população urbana. Seu objetivo, entretanto, não era participar de uma nova gestão estatal, mas instaurar uma revolta popular. Uma vez realizado esse objetivo, inúmeros outros agrupamentos e coletivos politicamente organizados (das mais variadas matizes) se apresentaram como continuidade e possível direção à revolta instaurada.

Em seu conjunto, esses inúmeros agrupamentos políticos apresentavam a transformação política governamental e estatal como os principais objetivos a serem perseguidos pela revolta popular. À esquerda, a pauta se apresentava como “uma necessária reforma política” para melhorar os termos das negociações parlamentares. À direita, era arrancar os “esquerdistas corruptos” do poder, ou, em sua versão mais extrema, de instaurar uma ditadura militar para forçar a continuidade do sujeito automático da produção hierárquica capitalista por todos os meios possíveis. Novamente o politicismo se fez instrumento determinante de *práxis* ideológica, no sentido de restringir as contradições aos limites naturalizados da ordem capitalista. Algo como uma caixa de pandora da política fora aberta e a disputa dos sentidos dessa revolta culminou no impeachment do governo progressista. A fórmula abstrata “contra tudo que está aí” da extrema direita se tornou, não por acaso, a principal herdeira desse processo fragmentado e em si contraditório da revolta popular.

A condição de serem herdeiros desse processo de revolta popular é que, no limite, explica a razão para a conformação do governo *sui generis* realizado por esta extrema direita que se apresentava, ao mesmo tempo, como governo e antigoverno. O objetivo político era sistematicamente acalantar o rescaldo dessa revolta abstrata (e também utilizá-la) na mesma medida em que efetivamente realizava novas rodadas de destruições reais e institucionais voltadas para satisfazer os interesses “rapínicos” da acumulação em seu estágio fictício.



Entretanto, o governo da extrema direita também esbarrava no horizonte de institucionalização da revolta que o sustentava e, na medida em que realizava suas escolhas institucionais, acabava por fragmentar e fragilizar a base social difusa das revoltas anteriores.

O caso chileno, de 2019, também expressa essa tensão entre revolta e institucionalização, uma vez que a revolta se dirigia abertamente contra o Estado mas, essencialmente, com o objetivo de *redefinir* as margens de atuação desse mesmo Estado (desde o controle sobre os preços dos transportes coletivos urbanos, até a política nacional de seguridade social passando pelo combate dos resquícios institucionais da constituição pinochetista e à estrutura policial nacional). As proposições no sentido da abolição do Estado eram marginais. Diferentemente do que ocorreu em 2013 no Brasil, a revolta chilena se deparou com um governo de direita (e, de muitos modos, de “extrema-direita”) no poder governamental. O possível sequestro do caráter abstrato da revolta “contra tudo que está aí” estava selado às formas políticas da extrema direita no país. Entretanto, e de modo clarificador, a esquerda (mesmo em suas variantes “extremas”) tampouco conseguiu estimular e dirigir a revolta abstrata. O horizonte apresentado, bem como a principal proposta da esquerda, era uma refundação do pacto republicano nacional em uma nova Constituinte.

É expressão do tripé em desintegração que sustenta os universalismos possíveis assentados sob a forma-mercadoria o fato de que a Assembleia Nacional Constituinte fosse composta por 59% de representantes políticos que se identificam com a centro-direita e com a direita gerando novos impasses e tensões entre as propostas políticas de institucionalização e a dinâmica da revolta.

No atual estágio de desintegração dos pilares que sustentam as propostas políticas que pretendem se universalizar, é no mínimo surpreendente que as respostas apresentadas insistam em manter o Estado e a democracia como exclusivos resolutores dos problemas sociais. Pois, estes mesmos problemas, no limite, foram causados pelo desenvolvimento de ambas formas políticas e expressam seu próprio colapso. Entretanto, assim o é. E não se pode dizer que há uma mera externalidade de intenções dessas organizações em se apropriar da revolta. Parece ser uma resultante imanente à revolta a configuração tanto do Estado quanto da democracia como formas políticas basilares para se atingir os interesses de grupos cada vez mais fragmentados, rizomáticos e oscilantes. Pensamos que essa imanência expressa a inércia e o eco das formas-mercadorias presentes nos indivíduos que regem a sua existência pelos parâmetros do sujeito automático pressuposto no sistema produtor de mercadorias. Isto parece ocorrer no afã de manter a unidade necessária para que este sistema continue sua rota, ainda que continuamente esbarrando nas condições abertas e claras de sua crise categorial.



Para além dos interesses intrínsecos aos diversos agrupamentos vinculados à revolta popular, a resultante objetiva (não propriamente desejada) é o aprofundamento do caráter destrutivo promovido pelos interesses espoliadores da acumulação em seu estágio fictício e do caráter destrutivo do Estado como representante dessa mesma acumulação. (HARVEY, 2004) Sob esta chave podemos entender a revolta também como a expressão e legitimação social desse estágio abertamente destrutivo do sistema produtor de mercadorias em pelo menos três dimensões. Em primeiro lugar, o caráter *realista* das revoltas, que abrange a apreensão de que vivemos em um sistema abertamente contraditório e inconciliável, abrindo uma estrutura de guerra latente no sistema produtor de mercadorias. Este sentimento leva a uma *generalização* desta revolta, na medida em que os diversos agrupamentos tampouco alcançam uma unidade política *efetiva*. Em segundo lugar, temos a dimensão do caráter *fetichista* das revoltas que, em geral, resultam em processos que sequer objetivam a superação desse mesmo sistema e que, também em geral, retomam de maneira fetichista os mesmos pilares que buscavam combater (Estado e democracia, por exemplo). Por fim, mas não menos importante, como dissemos mais acima, os inúmeros agrupamentos com suas inúmeras pautas distintas e seu caráter amorfo e difuso, também carregam a dimensão das possibilidades *negativas* que, por sua própria característica, não comungam de nenhum modo com as categorias da economia política atualmente em colapso.

### 3. CRISE CATEGORIAL E CRÍTICA DA PRÁXIS

A situação peculiar dos processos de revolta aqui analisados se expressa nas explosões sociais que parecem, por um lado, refletir a desintegração dos pilares que sustentavam as propostas universalistas baseadas na forma-mercadoria e, por outros, contraditoriamente tendem *em geral* a retomar de modo fetichista os parâmetros que contribuíram para essa mesma desintegração. Nesses pilares fundamentais, negados e reivindicados ao mesmo tempo, estão o Estado e a democracia de mercado. Essa complexa tensão nos empurrou para um estudo mais sistemático de dois aspectos centrais da crítica do valor-dissociação: a crise categorial e a crítica da práxis. Esses elementos trazem importantes implicações para a compreensão e para a práxis em um tempo de crise das categorias da economia política.

As leituras realizadas pelas tradicionais organizações de esquerda sobre os levantes de Junho de 2013, em geral, os classificaram como parte de uma agitação política realizada pela direita e extrema-direita. O substrato concreto que levou à eclosão da revolta e a organização política que desatou esse processo no Brasil, a saber, o Movimento Passe Livre, tornou-se cada vez mais exíguo e residual nas análises. A insatisfação real contra as condições cada vez



mais degradadas, o contínuo aumento do custo de reprodução da existência comum, a luta cada vez mais intensa para alcançar qualquer forma de renda em um tempo de crise do trabalho produtor de valor, tendem a ser subvalorizadas nas análises da esquerda tradicional brasileira e a resultante da revolta “contra tudo que está aí” costumeiramente foi apontada como suposta expressão de uma grande manipulação das organizações da direita e da extrema direita para derrubar o governo da esquerda progressista. Entretanto, essa mesma esquerda tradicional brasileira tende, em suas análises, a acentuar essa mesma dimensão subvalorizada quando trata do caso chileno e apresenta a disputa para uma refundação do pacto republicano como a solução ideal para a revolta social, elogiando o processo. O justo inverso ocorre do ponto de vista das organizações de direita no Brasil que, em geral, tendem a acentuar e elogiar a revolta popular nacional e a criminalizar e mesmo apontar como mera manipulação das organizações “esquerdistas” a revolta popular chilena.

Esta distinção paradoxal das análises tradicionais sobre o caso brasileiro e sobre o caso chileno expressa algumas dimensões importantes para o nosso estudo. A primeira diz respeito à práxis política das organizações que cada vez mais se mostram como meros “instrumentos” voltados para lidar com a barbarização crescente e inexorável da sociedade capitalista. Estas se ancoram em um arcabouço pragmático consolidado e concebido *a priori*, servindo apenas para suas estratégias bem delimitadas pelo horizonte institucional possível de um sistema em colapso. Conforme se agrava a deterioração das possíveis respostas institucionais, estas organizações reformulam os parâmetros da ação pragmática dentro desse horizonte cada vez mais estreito. Uma das razões para este processo, em nosso entendimento, vem da consolidação de uma concepção estreita de práxis que, no limite, se entrelaça e se relaciona com as condições objetivas de um sujeito automático, inconsciente, fruto da autonomização das categorias da economia política e seu movimento lógico inexorável.

No caso das organizações de esquerda, esta concepção estreita é bastante clara na máxima da “práxis-prática” como suposta sustentação de toda a “verdade” da luta dos trabalhadores. O seu subproduto não dito – impedimento da crítica radical dos limites dessas mesmas lutas e de sua práxis - expressa o caráter restrito dessa mesma concepção. Em segundo lugar, a dificuldade crescente das formulações políticas baseadas na universalidade da forma-mercadoria também subjaz no caráter errático e contraditório das análises que interpretam de modo bastante distinto, quando não abertamente contraditório, processos análogos de revolta - com uma avaliação substantivamente negativa em seu próprio país e substantivamente positiva em outros países. Dito de outro modo, os limites e as contradições destas análises se relacionam com a crise das categorias que sustentam um projeto político



nacional-universalista. Conforme essa crise se agrava, mais essas análises entram em um certo “curto-circuito”, forçando a mão para reeditar possíveis movimentos de unidade em uma condição histórica na qual inexistem os nexos possíveis de tal unidade. A ausência desses nexos objetivos torna cada vez mais estas organizações irrealistas e, no limite, incapazes de compreender o efetivo significado das revoltas contemporâneas.

Em terceiro lugar, torna-se urgente, para nós, compreender o caráter fetichista dessa formulação que reduz a crítica radical sobre a práxis (e, no limite, a impede) e que, por outro lado, imprime uma validade teórica exclusiva à dimensão “prática” do fazer político, reinsserindo a dimensão da “verdade” de uma ação ao agir “cego” e contínuo das mesmas formulações que tiveram sua validade apenas ao longo do processo de consolidação da modernização mas que, agora, diante do colapso desse processo, se tornam abertamente irrealizáveis e cada vez menos potencialmente hegemônicas - mas que, independentemente disso, continuam a determinar a práxis política realizada por essas organizações de esquerda.

Um possível entendimento desse processo sub-reptício e de sistemática reposição dessa práxis política a-crítica surge da compreensão do movimento categorial autonomizado, sobre o qual se erguem as práxis apresentadas. Este movimento categorial, que constrói o campo de força e os movimentos automáticos pressupostos neste agir político, subjazem como uma segunda natureza nestas concepções. O problema, entretanto, se dá justamente quando as categorias que sustentam esta forma alienada de práxis entram em crise. A desconexão entre esta *práxis* e o movimento das revoltas encontra aí um possível campo para seu entendimento. Tornam-se “mudas”, uma em relação à outra. Por outro lado, as crescentes dificuldades objetivas de unificação política das revoltas e, do ponto de vista da crítica, delas “transbordarem” para além dos pressupostos fetichistas da ordem (em especial, o Estado e a democracia) também se relacionam com a crise das categorias da economia política e, por conseguinte, com as dificuldades crescentes do sistema produtor de mercadorias continuar seu movimento como um sujeito automático. Esta desconexão que se expressa na concepção acrítica da práxis mediante a totalidade em crise das categorias econômico-políticas se manifesta, também, internamente às revoltas, nos múltiplos agrupamentos e coletividades que buscam influir sobre as mesmas. Nessa medida, tais explosões acabam por agravar a fragmentação generalizada e tornar ainda mais abstrata a própria revolta.

Por fim, é importante apontar que a forma dominante do capital fictício de nossos tempos é fruto e, também, catalisador da crise das categorias. A condição especulativa da acumulação de capital, seu caráter ausente de lastro efetivo em uma produção anêmica de



valor, se ergue do colapso do trabalho, da “imediatidade” do caráter internacional da produção capitalista e da falência do caráter universal-nacional das políticas modernizantes.

A forma da acumulação em nosso tempo se manifesta como uma ampla destruição das condições sociais e naturais de reprodução da existência comum. O “risco”, sob essas condições, é um fator que insufla a gana de retornos monetários ausentes de lastro. A velocidade e o caráter indiferente à reprodução objetiva da existência comum, como apostas de um grande cassino, não é mera escolha das diferentes personificações do capital, mas, antes, é uma condição geral da acumulação de nossos tempos. Ora, nesse sentido, não é imediatamente contraditório aos interesses da acumulação a ampliação das condições de risco dos investimentos e, também neste sentido, as revoltas agravam e estimulam, ainda que não intencionalmente, a forma ficcional da acumulação contemporânea. Dito de outro modo, se as expectativas dos agentes políticos que contribuem com as revoltas - por enxergarem nelas uma manifestação política de possível melhora das suas condições de existência - se frustram na medida em que não se universalizam efetivamente, do ponto de vista da acumulação fictícia, a revolta contribui para ampliar o quadro de risco que compõe o arsenal de realização de seus próprios interesses. Nessa medida, é também um fator benéfico à acumulação fictícia a desconexão crescente entre a práxis (entendida como uma práxis fetichizada, sustentada pelas condições do sujeito automático agora colapsante) e a revolta em si.

Estes apontamentos, entretanto, não são feitos para desqualificar de antemão as revoltas, mas apenas para compreender o quadro geral em que elas se inserem e o modo pelo qual se relacionam com o atual estágio da acumulação. Na medida em que elas também apresentam momentos de negatividade com relação às categorias (e, também nessa medida, de negatividade com relação à própria práxis fetichista), apontam potencialidades de crítica radical do sistema produtor de mercadorias. Outro desdobramento da pesquisa em curso é justamente investigar as dimensões dissociadas do sistema produtor de mercadorias que também se tornaram móveis da revolta, em especial no caso chileno, mas também nas Jornadas de Junho de 2013.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A conformação do projeto político oriundo de décadas de lutas sistemáticas das organizações e movimentos sociais de esquerda no Brasil em uma gestão da barbárie crescente - resultado do próprio colapso da sociedade produtora de mercadorias - frustrou algumas gerações de militantes no país. E as revoltas, nessa medida, apareciam como uma ruptura deste processo de *tarda mors*. O “chacoalhar” das estruturas cotidianas que as revoltas



implicam nos chamou a atenção do entendimento. Em um primeiro momento para identificar as potencialidades disruptivas desses processos. Consoante os desdobramentos das experiências de revolta dos anos 2010, especialmente com as recorrentes entradas de governos de direita e extrema direita nos países que se sublevaram, as afinidades entre o tempo de acumulação fictícia e os processos de revolta popular começaram a se apresentar como um possível campo de estudo para nós.

Discutir os limites da revolta popular sem a desclassificar ou a elogiar por princípio, entretanto, também nos parece cada vez mais difícil entre os coletivos de militantes das mais variadas matizes. Essa dificuldade também nos pareceu um ponto central para analisarmos os limites da práxis (teórico e “prática”) pressupostos nas análises das organizações tradicionais. Grosso modo, as perspectivas políticas gestoras do sistema o tomam como uma segunda natureza e, por isso, não conseguem apreender as dimensões autênticas de seu colapso. Esta é uma das razões que explicam tanto a dificuldade por parte das organizações tradicionais em entender e assimilar o significado das revoltas recentes e suas relações com a categoria de *práxis* - uma vez que estas revoltas se vinculam profundamente com as dimensões sistêmicas do colapso social - quanto o eterno retorno do Estado e da democracia de mercado como possível resolução para a crise vivida. (KURZ, 2020)

O conjunto de problemas apresentado por esses dois momentos da análise nos levou a seguinte pergunta: como podemos compreender a *práxis* em tempos de crise e colapso sistêmico? A partir dessa mesma pergunta, desdobraremos a pesquisa para investigar dimensões mais específicas desses processos e, no mais das vezes, circunscritas aos momentos em que a revolta popular se estabelece. Com os estudos sobre a revolta popular no Brasil e no Chile, sentimos a necessidade de investigar os momentos e as dimensões dissociadas da produção do valor que serviram de motores para a auto organização dos indivíduos nos seus embates com o Estado, com a finalidade de manter os diversos indivíduos organizados nesses mesmos embates. Como compreender e avaliar essas dimensões que escapam à lógica da reprodução da sociedade produtora de mercadorias ao longo desses processos de revolta popular? Como compreender o esforço de sujeitos assujeitados em negar a ordem altamente destrutiva de suas próprias vidas em um momento de profunda dominação e naturalização dos parâmetros dessa mesma ordem por esses mesmos indivíduos? Como captar as dimensões vinculadas às revoltas que se organizaram por pautas de gênero, de etnia, de frações historicamente destruídas pela própria ordem social capitalista, etc., que novamente se sublevam e se inscrevem na revolta popular?



Estas, dentre outras questões, servirão de balizas para a continuidade de nossa pesquisa. Por fim, vale apontar que é também de nosso interesse ampliar o escopo das revoltas analisadas. A princípio nos deteremos mais sobre a experiência brasileira e chilena, mas buscaremos também integrar outros processos recentes na análise, tais como a revolta de Hong Kong (2019), a revolta dos Coletes Amarelos na França (2018), a revolta na Colômbia (2020), dentre outras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, P. **O novo tempo do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ARANTES, P. Da (anti) reforma urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades. **Carta Capital**, 2013.
- BRENNER, R. **O boom e a bolha**. São Paulo: Record, 2003.
- CASTELO, R. **Encruzilhadas da América Latina no Século XXI**, SP: Pão e Rosas, 2012.
- CÍRCULO DE COMUNISTAS ESOTÉRICOS. **Un largo octubre: notas y apuntes sobre lo que abre y cierra octubre de 2019 en Chile**, 2019.
- CORRÊA, A. E. **Crise da modernização e gestão da barbárie**: a trajetória do MST e os limites da questão agrária. Tese de doutorado em Serviço Social. UFRJ, 2018.
- \_\_\_\_\_. La nueva gestión de la miseria: piqueteros y sin-tierra frente a los gobiernos neo-desarrollistas. **Revista Herramienta Web**, vol. 16, 2015.
- SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**. RJ: Paz e Terra, 1988.
- FIORI, J. L. As vitórias da esquerda na América do Sul. **Margem Esquerda**, n. 9, Dossiê: América Latina: continuísmo ou rupturas?, 2007.
- GAGO, V. **A Razão Neoliberal**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.
- GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- KURZ, R. **Dinheiro sem valor**. Portugal: Editora Antígona, 2014.
- \_\_\_\_\_. Cinzenta é a árvore dourada da vida verde é a teoria. **EXIT! Crise e Crítica da Sociedade das Mercadorias**, 2007. Disponível em: <http://www.obeco-online.org/rkurz288.htm>
- \_\_\_\_\_. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro : Consequência. 2020.
- LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições, 2019.



- LIMA, R. **Desenvolvimento e Contradições Sociais no Brasil Contemporâneo: um estudo de caso do Comperj**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Unesp, 2015.
- MARICATO, E. et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil**. São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. SP: Abril Cultural, 1984.
- MARTINS, C. & CORDEIRO, L. **Revolta Popular: o limite da tática**. **Site Passa Palavra**, 2014. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/05/95701/>
- MENEGAT, M. **Estudos sobre ruínas**. RJ: Revan, 2012.
- \_\_\_\_\_. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. RJ: Consequência, 2019.
- MIT CHILE. A 2 años del 18 de octubre: lecciones y perspectivas. **La voz de los trajadores**. 18/10/2021.
- MORAES, A. **Junho: potência das ruas e das redes**. SP: Friedrich Ebert, 2014.
- PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herramienta**, Buenos Aires, 2009.
- \_\_\_\_\_. (Org.) **Dimensões da Miséria Desenvolvimentista: Brasil – América Latina**. São Paulo: Alameda, 2016.
- PASSAPALAVRA. MST S/A. **Site Passa Palavra**, 10/04/2013.
- STREECK, W. **Tempo Comprado**. A crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2013.